1º edição - nov/2025

ORGANIZADORES:
Bernarda Elane Madureira Lopes
Bruno Lutianny Fagundes Monção
Ivanessa Alves Lopes Monção
Regina Coele Cordeiro
Rosilene Aparecida Froes Santos
Silvana Diamantino França
Themis Farias de França Desiderio

Núcleo de Sociedade Inclusiva - NUSI:

PERSPECTIVAS DE ACESSIBILIDADE E INCLUSÃO NO ENSINO SUPERIOR

Unimontes
Universidade Estadual de Montes Claros

Núcleo de Sociedade Inclusiva - NUSI:

PERSPECTIVAS DE ACESSIBILIDADE E INCLUSÃO NO ENSINO SUPERIOR

Unimontes
Universidade Estadual de Montes Claros

Pró Reitoria de Ensino
PRE
Universidade Estadual de Montes Claros - UNIMONTES

Departamento de Educação

NUSI - Núcleo de Sociedade Inclusiva

UNIMONTES *MONTES CLAROS/MG 2025*

ORGANIZADORES

Bernarda Elane Madureira Lopes
Bruno Lutianny Fagundes Monção
Ivanessa Alves Lopes Monção
Regina Coele Cordeiro
Rosilene Aparecida Froes Santos
Silvana Diamantino França
Themis Farias de França Desiderio

REVISÃO TÉCNICA

Rosilene Aparecida Froes Santos
Themis Farias de França Desiderio

DIAGRAMAÇÃO/CONCEPÇÃO DA CAPA E ARTE

Bruno Lutianny Fagundes Monção

EQUIPE PEDAGÓGICA

Juliane Leite Ferreira
Regina Coele Cordeiro
Bernarda Elane Madureira Lopes
Renata Cordeiro
Rosana Froes Santos

APOIO

Maria Clara Gonçalves Oliveira
Viviane Correia
Sara Diamantino Gonçalves
Maria Elis Antuns Pereira

UNIVERSIDADE ESTADUAL DE MONTES CLAROS – UNIMONTES

Wagner de Paulo Santiago
REITOR

Dalton Caldeira Rocha
VICE – REITOR

Ivana Ferrante Rebello
PRÓ-REITORA DE ENSINO

Jânio Marques Dias
DIRETOR DO CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS

Silvana Diamantino França
CHEFE DO DEPARTAMENTO DE EDUCAÇÃO

Silvana Diamantino França
COORDENADORA DO NÚCLEO DE SOCIEDADE INCLUSIVA – NUSI

ORGANIZADORES

Bernarda Elane Madureira Lopes
Bruno Lutianny Fagundes Monção
Ivanessa Alves Lopes Monção
Regina Coele Cordeiro
Rosilene Aparecida Froes Santos
Silvana Diamantino França
Themis Farias de França Desiderio

Núcleo de Sociedade Inclusiva - NUSI:

PERSPECTIVAS DE ACESSIBILIDADE E INCLUSÃO NO ENSINO SUPERIOR

Montes Claros
EDITORA CAMINHOS ILUMINADOS
2025

SUMÁRIO

11 Apresentação

13 1. Educação Especial e Educação Inclusiva: Concepções iniciais

16 2. Educação Especial e Educação Inclusiva: Compreendendo a diferença

17 3. Educação Especial na perspectiva Inclusiva: Documentos legais

22 4. Educação Especial: Público-alvo

26 5. Atendimento Educacional Especializado: Conceituação

28 6. NUSI - Núcleo de Sociedade Inclusiva: AEE no âmbito da Unimontes

32 7. Atendimento Educacional Especializado na Unimontes: Profissionais envolvidos

35 8. Adaptações curriculares: Ações para acesso a conteúdos e saberes

37 9. Plano de Desenvolvimento Individual (PDI)

39 10. Ensino Colaborativo: Prática necessária na Educação Inclusiva

41 11. Educação Especial na perspectiva Inclusiva: Processo de avaliação

43 12. Adaptações procedimentais e ambientais: Possibilidades

46 13. PROFEI / Unimontes: Potencializando práticas inclusivas

48 14. Considerações finais

49 Referências

Apresentação

Caro(a) Leitor(a),

A cartilha informativa NÚCLEO DE SOCIEDADE INCLUSIVA – NUSI /UNIMONTES: PERSPECTIVAS DE ACESSIBILIDADE E INCLUSÃO NO ENSINO SUPERIOR é um material elaborado pelo Núcleo de Sociedade Inclusiva - NUSI, núcleo esse vinculado ao Departamento de Educação e à Pró-Reitoria de Ensino da Universidade Estadual de Montes Claros - Unimontes, idealizada para docentes, discentes, comunidade acadêmica em geral, pesquisadores e demais interessados.

Partindo do tema Educação Especial no Ensino Superior, este material foi organizado com o objetivo de informar, orientar e sanar dúvidas relacionadas à inclusão de acadêmicos, público-alvo da Educação Especial, no contexto universitário.

Espaços educacionais inclusivos devem ser pautados pelo respeito à diversidade, onde a diferença se estabeleça como fio condutor das identidades. Tais espaços devem proporcionar a construção de relações permeadas pelo reconhecimento da singularidade de cada sujeito e não na ideia de oposições binárias (normal/especial), onde os discentes tenham oportunidades de aprendizagem enraizadas nas suas potencialidades, habilidades, interesses e aptidões.

É importante destacar que não existem fórmulas prontas.

As soluções para os desafios cotidianos devem ser construídas de forma colaborativa, com base na experiência docente, nas observações em sala de aula, nas adaptações necessárias, no diálogo com familiares e especialistas, e, sobretudo, na escuta atenta ao próprio estudante público-alvo da Educação Especial.

Oferecemos, aqui, informações, reflexões e sugestões, com o intuito de auxiliar sua prática acadêmica e promover um Ensino Superior acessível, inclusivo e de qualidade, conforme preveem as legislações brasileiras e tratados internacionais dos quais o Brasil é signatário, como a Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência (ONU, 2006), incorporada ao ordenamento jurídico brasileiro com status constitucional (Decreto nº 6.949/2009).

Boa leitura!

Para refletir...

[1] O NUSI foi criado pela Resolução 120/2005- CEPEX com o objetivo de oferecer Atendimento Educacional Especializado (AEE) aos acadêmicos da Unimontes integrantes pelo sistema de cotas na categoria de pessoa com deficiência. As ações do NUSI visam assegurar o acesso, a permanência e o pleno desenvolvimento por meio de adaptações curriculares, elaboração de materiais acessíveis e disponibilização de Tecnologias Assistivas.

1.EDUCAÇÃO ESPECIAL E EDUCAÇÃO INCLUSIVA: CONCEPÇÕES INICIAIS

Consideramos importante apresentar algumas das principais concepções que fundamentam este material, a fim de orientar e esclarecer os termos e princípios que norteiam a proposta desta cartilha.

Adotamos o conceito de **pessoa com deficiência** presente na Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência – Lei nº 13.146/2015, art. 2º, cujo objetivo é assegurar e promover, em condições de igualdade, o exercício dos direitos e das liberdades fundamentais pelas pessoas com deficiência. De acordo com essa legislação, considera-se pessoa com deficiência aquela que tem impedimentos de longo prazo, de natureza física, mental, intelectual ou sensorial, os quais, em interação com diversas barreiras, podem restringir sua participação plena e efetiva na sociedade e nos espaços educacionais (Brasil, 2015).

O termo **Capacitismo** é utilizado para demarcar práticas de preconceito e opressão direcionadas à pessoa com deficiência, sendo entendido como um conjunto de práticas, crenças e discursos que estabelece uma hierarquia entre corpos considerados "normais" e aqueles vistos como "anormais". Tal lógica, sustentada pela teoria da corponormatividade, inferioriza pessoas com deficiência, atribuindo-lhes, de forma equivocada, a condição de incapacidade. Trata-se de um preconceito muitas vezes velado, disfarçado, sob aparência de cuidado ou admiração (Silva, 2021).

No Brasil, o combate ao capacitismo encontra respaldo no art. 4º da Lei nº 13.146/2015, que assegura que "[...] toda pessoa com deficiência tem direito à igualdade de oportunidades com as demais e não pode ser discriminada", e em seu § 1º, que define discriminação como "[...] toda forma de distinção, restrição ou exclusão, por ação ou omissão, que tenha o propósito ou o efeito de prejudicar, impedir ou anular o reconhecimento ou exercício dos direitos e liberdades fundamentais", incluindo a recusa de adaptações razoáveis e de fornecimento de tecnologias assistivas (Brasil, 2015).

Entendemos por **barreiras** todos os obstáculos, atitudes ou comportamentos que limitem ou impeçam a participação social das pessoas com deficiência, comprometendo seus direitos à acessibilidade, à liberdade de locomoção, à expressão, à comunicação e ao acesso à informação, entre outros.

De acordo com o art. 3º, inciso IV, da Lei nº 13.146/2015, essas barreiras podem ser classificadas em:

·Barreiras urbanísticas: presentes em vias e espaços públicos ou privados de uso coletivo.

Barreiras urbanísticas: presentes em vias e espaços públicos ou privados de uso coletivo.

Barreiras arquitetônicas: encontradas em edifícios públicos e privados.

Barreiras nos transportes: presentes nos sistemas e meios de transporte.

Barreiras na comunicação e na informação: qualquer fator que dificulte ou impossibilite a expressão ou o recebimento de mensagens e informações.

Barreiras atitudinais: atitudes ou comportamentos que discriminem ou dificultem a participação social em igualdade de condições.

Barreiras tecnológicas: obstáculos que dificultam ou impedem o acesso às tecnologias por pessoas com deficiência (Brasil, 1996).

A acessibilidade é definida pelo art. 3º, I, da Lei nº 13.146/2015 como a "[...] possibilidade e condição de alcance para utilização, com segurança e autonomia, de espaços, mobiliários, equipamentos urbanos, edificações, transportes, informação e comunicação, inclusive seus sistemas e tecnologias, bem como de outros serviços e instalações abertos ao público, de uso público ou privados de uso coletivo, tanto na zona urbana como na rural, por pessoa com deficiência ou com mobilidade reduzida" (Brasil, 2015).

Para refletir...

"A inclusão acontece quando se aprende com as diferenças e não com as igualdades" (Paulo Freire).

2. EDUCAÇÃO ESPECIAL E EDUCAÇÃO INCLUSIVA: COMPREENDENDO A DIFERENÇA

Ainda é comum a existência de dúvidas e confusões em torno dos conceitos de **Educação Especial** e **Educação Inclusiva**, embora ambos estejam intimamente relacionados, a seguir apresentamos suas especificidades.

A **Educação Especial** é uma **modalidade de ensino** que perpassa todos os níveis, etapas e modalidades da educação, incluindo o Ensino Superior. Sua função é **oferecer o Atendimento Educacional Especializado (AEE)**, bem como disponibilizar recursos, serviços e orientações que apoiem o processo de ensino e aprendizagem de estudantes público-alvo da Educação Especial nas turmas comuns do ensino regular. Essa definição é prevista no Art. 58 da Lei nº 9.394/1996 (LDB), que determina sua oferta, preferencialmente, na rede regular de ensino, garantindo o direito à escolarização em **contextos inclusivos** (Brasil, 1996). No contexto do **Ensino Superior**, a Educação Especial se efetiva por meio de ações que assegurem:

. **Acesso** – eliminação de barreiras arquitetônicas, comunicacionais, informacionais e pedagógicas, conforme a Lei nº 13.146/2015;
. **Permanência** – adaptações curriculares, tecnologias assistivas e serviços de apoio especializado;
. **Participação** – estratégias pedagógicas inclusivas, intérpretes de Libras, materiais acessíveis, entre outros.

Tais medidas devem ser incorporadas não apenas nas atividades de **sala de aula**, mas também nos **processos seletivos**, nas ações de **pesquisa** e **extensão**, conforme orienta a Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva (MEC, 2008) e o Decreto nº 7.611/2011 (Brasil, 2011).

A **Educação Inclusiva**, por sua vez, é uma abordagem que defende o **direito de todas as pessoas** - com ou sem deficiência, com ou sem condições atípicas - a uma **educação de qualidade** em ambientes comuns. Ela está respaldada na Constituição Federal (art. 205 e 206) e na Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência (Decreto nº 6.949/2009), que assegura um sistema educacional inclusivo em todos os níveis. Essa perspectiva valoriza a diversidade humana e reconhece as diferenças individuais como atributos que enriquecem o convívio escolar, e não como obstáculos ao processo educativo (Reis, 2006).

3. EDUCAÇÃO ESPECIAL NA PERSPECTIVA INCLUSIVA: DOCUMENTOS LEGAIS

A política de inclusão no Brasil se apoia em marcos internacionais e nacionais que reconhecem a educação como direito humano e garantem **acesso, permanência, participação** e **aprendizagem** em igualdade de condições.

Apresentamos a seguir alguns dos principais documentos legais que norteiam a Educação Especial na perspectiva da inclusão, especialmente no Ensino Superior.

NORMATIVAS INTERNACIONAIS E NACIONAIS

Ano	Documento / Evento	Proposição
1948	Declaração Universal dos Direitos Humanos	Reconhece a educação como direito humano universal.
1988	Constituição Federal Brasileira	Garante o direito à educação, igualdade de condições de acesso e permanência na escola, e o AEE, preferencialmente na rede regular.
1990	Conferência Mundial sobre Educação para Todos – Jomtien (ONU)	Lança o Plano de Ação para universalizar o acesso à educação básica, incluindo todos os grupos sociais.
1993	Declaração de Manágua	Propõe a inclusão do tema 'deficiência' nos currículos em todos os níveis de ensino e formação profissional, bem como o acesso a serviços públicos.
1994	Declaração de Salamanca (UNESCO)	Estabelece princípios e diretrizes para a inclusão de alunos com necessidades educacionais especiais no sistema regular de ensino.

1996	Lei nº 9.394 – Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional	Prevê adaptações curriculares, AEE, terminalidade específica e aceleração de estudos conforme as necessidades dos estudantes.
1999	Convenção Interamericana para a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação contra a	Condena qualquer forma de exclusão baseada na deficiência e reafirma o direito à educação inclusiva. Conhecida como Convenção de Guatemala.
2002	Lei nº 10.436	Reconhece a Língua Brasileira de Sinais (Libras) como meio legal de comunicação e expressão das comunidades surdas.
2004	Cartilha MPF - Ministério Público Federal	Dissemina conceitos e diretrizes mundiais para a inclusão.
2005	Decreto nº 5.626	Regulamenta a Lei nº 10.436 (Lei da Libras), determina ensino bilíngue, formação de intérpretes e ensino de Libras.
2006	Plano Nacional de Educação em Direitos Humanos	Promove inclusão e direitos das pessoas com deficiência na educação básica e superior.
2006	Convenção da ONU sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência	Visa proteger e promover os direitos e a dignidade das pessoas com deficiência. No Brasil, promulgada pelo Decreto nº 6.949/2009, com status constitucional por ter sido aprovada pelo rito do art.
2007	Plano de Desenvolvimento da Educação – PDE	Recomenda a acessibilidade arquitetônica dos prédios escolares, a implantação de salas de recursos multifuncionais e a formação docente para o atendimento educacional

2008	Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva	Fundamenta a política nacional educacional e enfatiza o caráter de "processo", desde o título: "na perspectiva da" – ou seja, ele indica o ponto de partida (Educação Especial) e assinala o ponto de chegada (Educação Inclusiva). Traz as diretrizes que fundamentam uma política pública voltada à inclusão escolar, consolidando o movimento histórico brasileiro
2008	Decreto nº 6.571	Apresenta diretrizes para o Atendimento Educacional Especializado (AEE) no sistema regular de ensino (escolas públicas ou privadas).
2009	Resolução MEC CNE/CEB	Institui Diretrizes Operacionais para o Atendimento Educacional Especializado na Educação Básica, modalidade Educação Especial. O AEE deve ser oferecido no turno inverso da escolarização, prioritariamente nas salas de recursos multifuncionais da própria escola ou em outra escola de ensino regular
2010	Conferência Nacional de Educação - CONAE	Precedida por reuniões municipais e estaduais: quase 4000 representantes foram credenciados, inclusive pessoas com deficiência e seus representantes. Dessa conferência emergiu uma versão atualizada do Plano Nacional de Educação (PNE).
2011	Plano Nacional dos Direitos da Pessoa com Deficiência – Viver sem Limite	Estabelece a garantia de um sistema educacional inclusivo como uma das diretrizes. Ele está baseado na Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência, que recomenda a equiparação de oportunidades.
2011	Decreto nº 7.611	Dispõe sobre a Educação Especial, o Atendimento Educacional Especializado e dá outras providências.

2012	Lei nº 12.764	Institui a Política Nacional de Proteção dos Direitos da Pessoa com Transtorno do Espectro Autista; e altera o § 3º do art. 98 da Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990.
2013	Lei nº 12.796	Altera a LDB para incluir a formação de professores voltada à inclusão.
2014	Decreto nº 8.368	Regulamenta a Política Nacional de Proteção dos Direitos da Pessoa com TEA.
2014	Lei nº 13.005	Institui o PNE 2014–2024 com metas voltadas à inclusão e acessibilidade.
2015	Lei nº 13.146 - Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência	Institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência. Garante acessibilidade e inclusão em todos os níveis de ensino.
2015	Lei nº 13.234	Dispõe sobre a identificação, cadastramento e atendimento de alunos com altas habilidades/superdotação.
2018	Lei nº 13.716	Garante atendimento educacional a estudantes da educação básica internados para tratamento de saúde.

NORMATIVAS DE ACESSIBILIDADE NA UNIMONTES

Ano	Documento / Evento	Proposição
2004	Lei Estadual 15.150	Adesão ao Sistema de Cotas.
2005	Resolução 120 – CEPEx	Aprova o projeto de criação do Núcleo de Sociedade Inclusiva (NUSI).
2017	**Lei Estadual 22.571**	Estabelece reserva de vagas para pessoas com deficiência na Unimontes.
2017	Plano de Desenvolvimento Institucional (2017-2021)	Reconhece o AEE e o apoio institucional como prioridades.
2018	**Resolução 080 – CEPEx**	Estabelece critérios para a contratação de Professor auxiliar de Educação Especial (Professor de apoio, Revisor de braile e Intérprete de Libras) na perspectiva da Educação Inclusiva no âmbito da Unimontes.
2022	Desenvolvimento Institucional – PDI (2022 – 2026)	Estabelece como objetivo a consolidação da Educação Inclusiva fortalecendo a acessibilidade física, pedagógica e comunicacional/tecnológica. Bem como prevê o fortalecimento do NUSI e do PAPPO como instâncias de referência nos temas voltados à Educação Especial.

Para refletir...

Os documentos legais apresentados constituem os alicerces sobre os quais se estruturam as políticas de inclusão educacional no contexto da Unimontes. Conhecer essas normativas é fundamental para garantir que as práticas pedagógicas estejam alinhadas aos princípios de equidade, acessibilidade e respeito à diversidade, especialmente no contexto do Ensino Superior.

4. EDUCAÇÃO ESPECIAL: PÚBLICO-ALVO

De acordo com a Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva (Brasil, 2008) e o Decreto nº 7.611/2011, são considerados público-alvo da Educação Especial os estudantes que têm direito ao **Atendimento Educacional Especializado (AEE)**, conforme suas necessidades específicas. Esse grupo inclui:

1. Estudantes com deficiência

A Lei Brasileira de Inclusão (2015), art. 2º, define pessoa com deficiência como aquela que tem impedimentos de longo prazo, de **natureza física, mental, intelectual ou sensorial**, os quais, em interação com barreiras, podem obstruir sua participação plena e efetiva na sociedade, em igualdade de condições com as demais pessoas.

2. Estudantes com Transtornos Globais do Desenvolvimento (TGD)

Incluem aqueles com **alterações significativas na comunicação, na interação social recíproca e no repertório de interesses e comportamentos**. O Decreto nº 8.368/2014 (Política Nacional de Proteção dos Direitos da Pessoa com Transtorno do Espectro Autista) reconhece o TEA como deficiência para todos os efeitos legais, garantindo acesso ao AEE.

3. Estudantes com Altas Habilidades/Superdotação (AH/SD)

São aqueles que apresentam **potencial elevado** em áreas como **capacidade intelectual, acadêmica, liderança, psicomotricidade** ou **artes**, podendo demonstrar criatividade, envolvimento com a aprendizagem e desempenho acima da média. A Lei nº 13.234/2015 dispõe sobre a identificação, cadastramento e atendimento desses estudantes.

Público-alvo: Caracterização

Cegueira: Ausência total de visão, inclusive a percepção luminosa.

Baixa Visão: Presença de resíduos visuais, o que possibilita a leitura de textos no formato ampliado ou por meio de recursos ópticos.

Surdocegueira: Presença, concomitante, da deficiência auditiva e visual.

Deficiência Auditiva: Compreende a perda bilateral, parcial ou total, de 41 dB até 70 dB. Ao apresentar uma perda auditiva leve ou moderada, o sujeito tem comprometimento na percepção dos fonemas e articulação de léxicos, contudo é possível ainda a utilização da língua oral para comunicação.

Surdez: Compreende a perda auditiva acima de 71 dB. Nesse nível de perda auditiva, o sujeito não compreende a voz do interlocutor. Na maioria dos casos, faz uso da Língua Brasileira de Sinais – Libras para se comunicar, tendo a língua portuguesa como segunda língua.

Deficiência Intelectual: Caracterizada pela função intelectual aquém da média, atrelada a limitação na comunicação, autocuidado, habilidades sociais, etc.

Deficiência Física: Diz respeito ao comprometimento das competências físicas, em decorrência da alteração parcial ou completa de um ou mais regiões do corpo humano,

Deficiência Múltipla: Consiste na presença de dois ou mais tipos de deficiência, como, por exemplo, intelectual/visual/auditiva/física.

Transtorno Global do Desenvolvimento (TGD)

De acordo com o texto A Educação Especial na Perspectiva Inclusiva (Minas Gerais, 2016), apresentamos, de forma breve, alguns conceitos que compreendem o universo do Transtorno Global do Desenvolvimento:

Autismo Infantil: caracteriza-se por um comprometimento das relações interpessoais e diversas alterações de comunicação, de linguagem e de comportamento, inclusive estereotipias motoras.

Síndrome de Rett: ausência de atividade funcional com as mãos, isolamento, regressão da fala e das habilidades motoras adquiridas, comprometimento das relações sociais, do desenvolvimento mental e microcefalia progressiva.

Síndrome de Asperger: relacionada com o autismo, diferenciando-se deste por apresentar alterações formais da linguagem e na interação social.

Transtorno Desintegrativo da Infância: caracteriza pela perda de funções e capacidades anteriormente adquiridas pela criança. Inclui Demência Infantil, Psicose Desintegrativa, Síndrome de Heller e Psicose Simbiótica.

Garantias legais:

Todos os estudantes público-alvo da Educação Especial e Inclusiva, em todos os níveis de ensino, incluindo o Ensino Superior, em articulação com os serviços da instituição e com apoio para sua plena participação acadêmica e social, têm direito a:

·**Matrícula em classes comuns da rede regular de ensino** (art. 58 e 59 da LDB – Lei nº 9.394/1996).

·**AEE gratuito, realizado preferencialmente no contraturno, com recursos, serviços e estratégias pedagógicas adequadas** (Resolução CNE/CEB nº 4/2009).

·**Acessibilidade arquitetônica, comunicacional, pedagógica e informacional** (Lei nº 13.146/2015).

·**Adaptações curriculares e avaliações compatíveis com suas necessidades** (art. 59, I, II e III, da LDB).

Para refletir...

Para a compreensão da deficiência, o modelo biomédico descreve apenas aspectos clínicos. Já o modelo social, adotado pela Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência (Decreto nº 6.949/2009), enfatiza que a desigualdade se manifesta nas barreiras impostas por uma sociedade que não reconhece ou valoriza a diversidade. Ante o exposto, como devemos proceder nas nossas práticas?

5. ATENDIMENTO EDUCACIONAL ESPECIALIZADO: CONCEITUAÇÃO

A Educação Especial é uma **modalidade de ensino** que perpassa todos os níveis, etapas e modalidades da educação, com o objetivo de **garantir acessibilidade, formação de professores e o Atendimento Educacional Especializado (AEE)** aos estudantes com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades/superdotação.

Mas afinal, o que é o AEE? E como ele acontece?

O Atendimento Educacional Especializado (AEE) integra a proposta político-pedagógica da instituição de ensino e deve envolver toda a equipe escolar, de forma articulada com profissionais de outras áreas - como saúde, assistência social e outros serviços que já acompanham o estudante. O engajamento da família em todas as etapas do atendimento é também um fator essencial para o sucesso do processo educativo.

De acordo com a Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva (Brasil, 2008), o AEE tem como função a **identificação, elaboração e organização de recursos pedagógicos e de acessibilidade**. Esse atendimento pode ocorrer na **sala de aula regular** e/ou em **salas de recursos multifuncionais**, geralmente no contraturno escolar.

Esse atendimento pode ocorrer:

- na **sala de aula regular**, com apoio direto e colaborativo ao professor regente; e/ou
- em **salas de recursos multifuncionais**, geralmente no contraturno escolar, ou em centros especializados.

É fundamental destacar que as atividades desenvolvidas no AEE, de acordo com o Decreto nº 7.611/2011 e a Resolução CNE/CEB nº 4/2009, devem ser ofertadas de **forma complementar ou suplementar** à escolarização, **sem substituí-la**. O objetivo é promover a **autonomia**, a **independência** e a **participação plena** dos estudantes, tanto no ambiente escolar quanto em outros

contextos sociais.

Conforme previsto no Decreto nº 6.571/2008, o AEE deve estar previsto no **Projeto Político-Pedagógico** (PPP) da instituição e, sempre que possível, contar com:

- **Sala de Recursos Multifuncionais**, equipada com mobiliário e materiais pedagógicos acessíveis;
- **Plano de Atendimento Educacional Especializado (PAEE)** ou equivalente, que registre as necessidades, estratégias e recursos utilizados;
- **Equipe composta por professores especializados** e, quando necessário, intérprete de Libras, guia-intérprete, profissional de apoio ou acompanhante.

A Lei Brasileira de Inclusão, em seu art. 28, reforça que é dever do Estado, da família, da comunidade escolar e da sociedade assegurar a educação inclusiva em todos os níveis e modalidades, com **adaptações razoáveis e apoios necessários.**

Para refletir...

O Atendimento Educacional Especializado é um espaço que potencializa a autonomia e a aprendizagem do estudante. Ele não substitui o ensino regular, mas o fortalece, garantindo a participação plena e o desenvolvimento acadêmico e social. Dessa forma, como desenvolver práticas atentas ao AEE?

6. NUSI – NÚCLEO DE SOCIEDADE INCLUSIVA: AEE NO ÂMBITO DA UNIMONTES

O **NUSI – Núcleo da Sociedade Inclusiva**, aprovado pela Resolução CEPEx/UNIMONTES N.º 120 de 2005, vinculado à Pró-Reitoria de Ensino e o Departamento de Educação, foi criado com o **objetivo de desenvolver ações que garantam a Educação Superior socialmente includente e compromissada**, a partir da democratização do acesso, aperfeiçoamento qualitativo e quantitativo dos processos de produção, transmissão e aplicação do conhecimento na Universidade, ações fundamentais para receber novos alunos e garantir a permanência dos demais ingressos pelo sistema de cotas, conforme previsto no Plano de desenvolvimento institucional – PDI (2022-2026).

Nesse sentido, a missão do NUSI se baseia na necessidade do Ensino Superior realizar **ações afirmativas de inclusão educacional e social** que garantam a progressiva tomada de consciência por parte dos estudantes, professores e setores da Universidade em geral, construindo o ensino através de uma estratégia inter e multifocal, para a construção de uma sociedade mais justa e igualitária (Unimontes, 2022).

O NUSI tem como responsabilidade a **proposição, organização, coordenação e execução de ações para assegurar a inclusão de pessoas com deficiência à vida acadêmica e profissional**. Assim, sua ação é voltada para a eliminação ou redução de barreiras pedagógicas, instrumentais, arquitetônicas, de comunicação e informação, impulsionando o cumprimento dos requisitos legais de acessibilidade.

Atualmente o NUSI desenvolve atividades em dois espaços no âmbito do Centro de Ciências Humanas (CCH), na sala 21 e na sala 27, ambas com o objetivo de atender as demandas de acadêmicos contemplados pelas ações do NUSI, bem como dos professores, dos membros da comunidade acadêmica e da sociedade em geral.

Serviços ofertados:

- Interpretação/Tradução - Libras/Língua Portuguesa
- Apoio nas atividades acadêmicas
- Apoio Locomoção
- Serviços de Adaptação e Produção de Materiais
- Acompanhamento pedagógico / monitoria
- Suporte de acessibilidade em eventos institucionais
- Suporte e orientação aos profissionais da universidade envolvidos em atividades que demandam ações inclusivas
- Tradução de conteúdos apresentados nos livros para braile.
- Dentre outros, de acordo com o previsto na política de acessibilidade da Universidade.

Equipamentos e serviços de acessibilidade oferecidos:

- Serviços de digitalização;
- Conversão e ampliação de materiais bibliográficos impressos e digitais;
- Disponibilizando computadores adaptados com softwares leitores e ampliadores de tela;
- Impressão em braile;
- Lupa ampliadora digital portátil;
- Escâner leitor de livros;
- Escâner digitalizador de imagens;
- Folheador de páginas;
- Dentre outros.

Cursos oferecidos:

Conforme a demanda identificada e/ou solicitada, são oferecidos os seguintes cursos de formações para docentes, discentes e servidores:

- Curso de Libras
- Curso de Braill.
- Curso de Sorobã

De acordo com o previsto no *Portfólio*: *Cursos de Graduação Unimontes* (2024), o NUSI (Núcleo da Sociedade Inclusiva) é um dos programas de assistência e acompanhamento do acadêmico. Dados do Censo de 2020 registravam 157 acadêmicos matriculados com registros de PCD (pessoa com deficiência) na Universidade, atualmente são matriculados 138 acadêmicos com registro de PCD, contudo, tendo em vista que a demanda é induzida pelo próprio acadêmico, no segundo semestre de 2025 o NUSI atende 66 acadêmicos no Atendimento educacional Especializado.

Dessa forma, o Atendimento Educacional Especializado reforça o engajamento da Universidade Estadual de Montes Claros, na aplicação das políticas de acessibilidade.

O NUSI orienta aos acadêmicos sobre o procedimento para requerer o direito de acesso ao professor de apoio, intérprete de Libras e demais atendimentos previstos na política de inclusão da Universidade.

Como solicitar o Atendimento Educacional Especializado?

Ao ingressar na Universidade, o acadêmico que necessitar de atendimento educacional especializado deverá registrar a solicitação via e-mail (nusi@unimontes.br). Conforme modelo de requerimento apresentado a seguir.

Entre em contato conosco...

E-mail: nusi@unimontes.br / nusi.libras@unimontes.br
Instagram: @nusiunimontes
Telefone: (38) 3229-8196

MODELO: **REQUERIMENTO DE ATENDIMENTO EDUCACIONAL ESPECIALIZADO NUSI / UNIMONTES**

- **Nome:**_____
- **Data de nascimento?** _____/_____/_____ **Idade:**_____
- **Número de matrícula:** _____
- **Curso / Período / Turno:** _____

- **Motivo para acompanhamento educacional especializado:**

( )Deficiência auditiva

( )Deficiência Visual

( ) Transtornos Globais do Desenvolvimento

( )Altas Habilidades/Superdotação

( )Deficiência Intelectual

( ) Outros. Quais? _____

- **Quais os apoios pedagógicos que necessita:**

( ) Apoio didático-pedagógico, orientação, suporte psicológico e emocional

( ) Flexibilização curricular /adequação nas atividades sempre que necessário

( ) Tradutor e Intérprete de Língua de Sinais Brasileira - Libras e Língua Portuguesa

( ) Correção diferenciada das produções escritas

( ) Tempo ampliado para realização de avaliações

( ) Aplicador Ledor/ Redator para situações de avaliação

( ) Materiais em BRAILLE

( ) Materiais Ampliados, auxílios ópticos

( ) Avaliações diferenciadas

( ) Acessibilidade nas edificações

( ) Realização das provas no formato digital

( ) Utilização de materiais/ mobiliário adaptado

( ) Outros. Quais? _____

- **NO ATO DA SOLICITAÇÃO, A APRESENTAÇÃO DO LAUDO MÉDICO É OBRIGATÓRIA.**

7. ATENDIMENTO EDUCACIONAL ESPECIALIZADO NA UNIMONTES: PROFISSIONAIS ENVOLVIDOS

Na Universidade Estadual de Montes Claros, o Atendimento Educacional Especializado (AEE) é realizado por **Professores Auxiliares de Educação Especial**, profissionais com formações específicas e atribuições complementares, visando garantir a acessibilidade, a permanência e a autonomia dos estudantes público-alvo da Educação Especial. Conforme previsto na RESOLUÇÃO Nº. 080 - CEPEx/2018, seguem especificidades relacionadas ao cargo de Professor Auxiliar de Educação Especial:

1. Tradutor-Intérprete de Língua de Sinais

- **Função:** Realizar a tradução ou interpretação da Língua Portuguesa para a Língua Brasileira de Sinais e vice-versa durante as aulas das disciplinas cursadas, contribuindo para o processo de ensino-aprendizagem do estudante surdo.

- **Base legal:** Lei nº 10.436/2002 (reconhece a Libras como meio legal de comunicação) e Decreto nº 5.626/2005 (regulamenta seu uso, ensino e formação de intérpretes).

- **Atribuições:**
    - Realizar tradução ou interpretação de atividades didático-pedagógicas e culturais desenvolvidas no âmbito da universidade em espaços externos à sala de aula;
    - Traduzir e Interpretar aulas, eventos, reuniões e atividades acadêmicas;
    - Promover a interação entre estudantes surdos e comunidade acadêmica;
    - Acompanhar a aplicação de avaliações aos estudantes;
    - Desenvolver estudos junto aos estudantes surdos para a criação ou convenção de sinais técnicos da área;

2. Profissional de Apoio para o auxílio de outras necessidades específicas - Professor de Apoio

- **Função:** Auxiliar o estudante com necessidades específicas (deficiência física, intelectual, transtorno do espectro do autismo e transtorno múltiplo) durante as aulas das disciplinas cursadas, contribuindo para o processo de ensino-aprendizagem do estudante.

- **Base legal:** Resolução CNE/CEB nº 4/2009 (prevê apoio individualizado como parte do AEE) e orientações da SEE/MG (2014) para a educação inclusiva.

- **Atribuições:**

    - Auxiliar os estudantes com deficiência ou com transtorno do espectro autista na resolução de tarefas funcionais, ampliando suas habilidades em busca de uma vida independente e autônoma;
    - Auxiliar o estudante com transtorno do espectro autista na organização de suas atividades escolares;
    - Acompanhar a aplicação de avaliações aos estudantes;
    - Realizar apoio em atividades de locomoção, cuidados pessoais e alimentação dos estudantes com deficiência em articulação com as atividades escolares e pedagógicas, garantindo a participação desses estudantes com os demais colegas.
    - Colaborar na organização das atividades acadêmicas;
    - Auxiliar na gestão do tempo e na adaptação de materiais;
    - Utilizar tecnologias assistivas;
    - Trabalhar aspectos de autonomia, autoestima e independência;

3. Revisor de braile

- **Função:** Traduzir os conteúdos apresentados nos livros e demais materiais impressos para braile.

- **Base legal:** LBI- Lei 13.146 (prevê o uso do braile como forma de comunicação e prevê o material impresso em braile como tecnologia de acessibilidade).

- **Atribuições:**

  - Acompanhar a aplicação de avaliações aos estudantes;
  - Orientar os alunos sobre os serviços e equipamentos de acessibilidade oferecidos;
  - Realizar pesquisas voltadas para o desenvolvimento de novos métodos e técnicas pedagógicas, de materiais didáticos, de equipamentos e de recursos de tecnologia assistiva;
  - Elaborar o plano de atendimento educacional especializado, de organização de recursos e serviços de acessibilidade e de disponibilização e usabilidade pedagógica de recursos de tecnologia assistiva;
  - Realizar apoio em atividades de locomoção, cuidados pessoais e alimentação dos estudantes com deficiência em articulação com as atividades escolares e pedagógicas, garantindo a participação desses estudantes com os demais colegas;

Para refletir...

Art. 8º Nenhum estudante com deficiência ou com transtorno do espectro autista deve ser dispensado das aulas na ausência do professor auxiliar de educação especial, cabendo à Coordenação do Curso se organizar para melhor atender as necessidades específicas desse estudante (Unimontes, 2018).

8. ADAPTAÇÕES CURRICULARES: AÇÕES PARA ACESSO A CONTEÚDOS E SABERES

As adaptações curriculares são **medidas pedagógicas que permitem ajustar objetivos, conteúdos, metodologias, recursos e avaliações**, de forma a garantir que todos os estudantes — especialmente os que compõem o público-alvo da Educação Especial – tenham acesso pleno ao currículo e possam aprender em igualdade de condições.

Segundo o MEC (Brasil, 2000), tais adaptações não se destinam a reduzir a complexidade do ensino, mas a **eliminar barreiras** e assegurar que cada estudante alcance o máximo de seu potencial acadêmico, social e pessoal.

Nessa seara Silva e Pavão (2018) afirmam que as adaptações curriculares devem ser pensadas com o objetivo de **potencializar a inclusão e o acesso** dos estudantes, por meio de estratégias, métodos e recursos pedagógicos. Importa destacar que não se trata de simplificar o currículo, mas de assegurar igualdade na aprendizagem e no desenvolvimento acadêmico.

Classificação das adaptações curriculares

Conforme a Cartilha Projeto Escola Viva (2000), as adaptações podem ser organizadas em dois níveis principais, sendo eles:

Adaptações Curriculares de Grande Porte

- Definidas em nível político-administrativo, e requerem ações de natureza financeira, estrutural e institucional.
- Podem incluir mudanças estruturais no currículo, normas educacionais e investimentos em acessibilidade física, comunicacional e pedagógica.
- Base legal: Lei nº 13.146/2015 (art. 28, I e §1º), que garante "adaptações razoáveis" e acessibilidade em todos os níveis e modalidades de ensino.

Adaptações Curriculares de Pequeno Porte

- Realizadas diretamente pelo professor no cotidiano escolar.
- Ajustes no tempo de execução das atividades, estratégias de ensino diferenciadas, materiais adaptados, uso de tecnologia assistiva, avaliações alternativas.

- Base legal: Art. 59, I e II, da LDB – Lei nº 9.394/1996, que prevê currículos, métodos e técnicas adaptados às necessidades dos estudantes com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento ou altas habilidades/superdotação.

Fundamentação Legal

As adaptações curriculares encontram respaldo em diversos documentos legais que embasam a educação:

- **Constituição Federal de 1988** – Art. 206, I, que assegura a igualdade de condições para o acesso e permanência na escola (Brasil, 1988).
- **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – Lei nº 9.394/1996**, que, por meio da **Lei nº 12.796/2013**, estabelece no Art. 59 a garantia de adaptações nos currículos, métodos, técnicas, recursos e organização escolar, com vistas ao atendimento das necessidades específicas dos estudantes público-alvo da Educação Especial (Brasil, 2013).
- **Lei nº 13.146/2015** – art. 28: adoção de medidas individualizadas e coletivas que garantam o acesso, a permanência e a participação do aluno.
- **Decreto nº 7.611/2011** – art. 2º: organização de recursos pedagógicos e de acessibilidade para eliminar barreiras.
- **Resolução CNE/CEB nº 4/2009** – diretrizes operacionais do AEE, orientando o uso de recursos e adaptações para garantir acesso ao currículo.

Para refletir...

O Ensino Superior é desafiado a repensar seus objetivos, métodos de ensino, formas de avaliação, adotando as adaptações curriculares não como concessões, mas como prerrogativa legal e condição necessária para a aprendizagem, permanência e conclusão dos estudantes da Educação Especial. Nesse contexto, qual o seu papel?

9. PLANO DE DESENVOLVIMENTO INDIVIDUAL (PDI)

O **Plano de Desenvolvimento Individual (PDI)** é um instrumento fundamental para a personalização do ensino, tendo como base as necessidades específicas de cada estudante. Sua função é **orientar o processo de aprendizagem** por meio de ações e estratégias pedagógicas que busquem minimizar barreiras e ampliar as possibilidades de acessibilidade e participação.

Nessa seara, o PDI corresponde a um documento "[...] que considera o aluno em seu nível atual de habilidades, conhecimentos e desenvolvimento, idade cronológica, nível de escolarização já alcançado e objetivos educacionais desejados a curto, médio e longo prazos" (Glat et al, 2012, p. 84).

Objetivos:

- **Planejar estratégias pedagógicas individualizadas** para superar barreiras de aprendizagem.
- **Definir metas de curto, médio e longo prazo**, considerando as habilidades já desenvolvidas.
- **Selecionar recursos e tecnologias assistivas** de acordo com as especificidades do aluno.
- **Acompanhar e registrar progressos**, ajustando estratégias conforme necessário.
-

Fundamentação legal

Embora o PDI não seja mencionado de forma explícita em leis federais, sua elaboração encontra respaldo nos seguintes dispositivos:

- **Lei nº 9.394/1996 (LDB)** – art. 59, I e II: garante currículos, métodos e recursos adaptados às necessidades individuais.
- **Lei nº 13.146/2015** – art. 28: prevê a adoção de medidas individualizadas para assegurar o acesso, permanência, participação e aprendizagem.
- **Resolução CNE/CEB nº 4/2009** – diretrizes operacionais do AEE: orienta a elaboração de registros pedagógicos e estratégias personalizadas.

- **Decreto nº 7.611/2011** – art. 2º: determina que o atendimento especializado envolva a organização de recursos pedagógicos para eliminar barreiras.

No Estado de Minas Gerais, a SEE/MG (2014) prevê o PDI como documento obrigatório na Educação Básica para o acompanhamento de estudantes público-alvo da Educação Especial, elaborado **em parceria entre professores, equipe escolar e família**.

PDI no Ensino Superior...

Embora sua obrigatoriedade seja prevista na Educação Básica, o uso do PDI no Ensino Superior é recomendado como boa prática de inclusão.

Ele permite:

- Monitorar a trajetória acadêmica.
- Promover a permanência com sucesso.
- Garantir que as adaptações pedagógicas sejam contínuas e avaliadas.

10. ENSINO COLABORATIVO: PRÁTICA NECESSÁRIA NA EDUCAÇÃO INCLUSIVA

O ensino colaborativo é uma estratégia pedagógica que promove o trabalho conjunto entre o **professor da classe comum e o professor da Educação Especial**, visando garantir a participação efetiva e a aprendizagem dos estudantes público-alvo da Educação Especial (Marin; Braun, 2013).

A dinâmica de trabalho consiste em um processo harmônico, no qual o professor regente traz os saberes disciplinares (conteúdos), as matrizes curriculares e o planejamento, enquanto o professor da Educação Especial contribui com propostas de adaptações curriculares que atendam às especificidades do estudante envolvido. Nesse sentido, Marin e Braun (2013) pontuam que a ação pedagógica desses professores propõe uma **ressignificação do planejamento**, de forma que atenda à demanda específica do estudante, sem provocar o empobrecimento do ensino.

O ensino colaborativo não se restringe à divisão de tarefas, mas promove uma atuação conjunta em todas as etapas do processo pedagógico: desde a identificação das barreiras de aprendizagem, até a proposição de estratégias didáticas e avaliações acessíveis. Essa parceria, ao valorizar os saberes complementares dos docentes envolvidos, favorece uma cultura escolar inclusiva, na qual todos os estudantes possam participar de forma ativa e significativa.

No Ensino Superior, o ensino colaborativo se apresenta como uma alternativa potente para o fortalecimento do direito à educação. Ele permite que se pense o currículo de maneira flexível e acessível, garantindo a equidade no acesso ao conhecimento, sem comprometer a qualidade acadêmica. A construção coletiva de práticas pedagógicas inclusivas representa, assim, um caminho ético, político e pedagógico em direção à concretização do princípio da educação para todos.

Fundamentação legal

- Lei nº 9.394/1996 (LDB) – arts. 58 e 59: assegura a oferta de serviços e recursos de apoio especializado, de forma complementar ou suplementar à escolarização.

- Lei nº 13.146/2015 – art. 28: prevê a formação de professores para o atendimento educacional especializado e o uso de práticas pedagógicas inclusivas.
- Resolução CNE/CEB nº 4/2009 – orienta a atuação articulada dos professores da sala comum e do AEE para garantir acesso ao currículo.
- Decreto nº 7.611/2011 – reforça que o atendimento educacional especializado deve ser integrado às atividades da sala de aula regular, e não isolado.

Para refletir...

O ensino colaborativo não é apenas uma técnica, mas um compromisso ético e pedagógico com a Educação Inclusiva. Quando dois profissionais unem saberes, todos os estudantes se beneficiam. Assim, a inclusão deixa de ser um ideal para se tornar uma prática cotidiana. Qual a sua função no ensino colaborativo?

11. EDUCAÇÃO ESPECIAL NA PERSPECTIVA INCLUSIVA: PROCESSO DE AVALIAÇÃO

Em uma instituição comprometida com a educação inclusão, o Projeto Político Pedagógico (PPP) deve conceber a avaliação como um **processo contínuo, formativo e flexível**, por meio do qual se definem, reorientam ou aprimoram estratégias pedagógicas, considerando as potencialidades, necessidades e o ritmo de aprendizagem de cada acadêmico.

Cabe à Universidade propor estratégias que favoreçam a construção coletiva do conhecimento, assegurando o direito à aprendizagem a todos os estudantes. A avaliação, portanto, tem como funções principais:

- Acompanhar o desenvolvimento acadêmico e socioemocional do estudante.
- Reorientar estratégias de ensino, a partir dos avanços e dificuldades identificados.
- Promover a aprendizagem, respeitando diferentes tempos e modos de aprender.
- Valorizar a diversidade de formas de expressão e comunicação.

Princípios para a avaliação inclusiva

- **Equidade:** dar condições justas, não iguais, considerando as especificidades de cada estudante.
- **Flexibilidade:** adaptar instrumentos e procedimentos avaliativos.
- **Foco na aprendizagem:** evitar caráter meramente classificatório ou punitivo.
- **Diversidade de instrumentos:** ampliar as possibilidades de o estudante demonstrar seu conhecimento.

Instrumentos de avaliação: possibilidades

A prática avaliativa deve considerar a diversidade de formas de expressão e registro da aprendizagem. Dentre os instrumentos que podem ser utilizados, destacam-se:

- **Registros pedagógicos** (observações, relatórios, fichas descritivas, diário de classe);
- **Projetos e atividades interativas**, individuais ou em grupo.
- **Autoavaliação:** incentivando a autorreflexão.

- Portfólios: que reúnem produções significativas dos estudantes ao longo do tempo.
- Avaliações orais, práticas ou adaptadas, conforme as necessidades específicas de cada aprendiz.

Fundamentação legal

- **Lei nº 9.394/1996 (LDB)** – art. 24 e art. 59: prevê que a avaliação do rendimento escolar deve ser contínua e cumulativa, e que sejam assegurados métodos e técnicas adequados às necessidades do estudante.
- **Lei nº 13.146/2015** – art. 28, §1º: determina a adoção de critérios de avaliação compatíveis com as deficiências e necessidades do aluno, assegurando sua progressão escolar.
- **Decreto nº 7.611/2011** – art. 2º: garante a organização de recursos pedagógicos e de acessibilidade para eliminar barreiras.
- **Resolução CNE/CEB nº 4/2009** – orienta que a avaliação seja adaptada e articulada ao AEE, de forma a possibilitar que o estudante demonstre seu aprendizado de maneira adequada às suas condições.

A escolha dos instrumentos deve **respeitar as particularidades de cada estudante**, seus modos de expressão e comunicação, assegurando equidade nas oportunidades de demonstrar o que sabem e o que estão aprendendo.

Sem a pretensão de apresentar um roteiro fechado ou prescritivo, as orientações aqui propostas pretendem inspirar práticas avaliativas sensíveis à diferença e comprometidas com a aprendizagem de todos.

Para refletir...

Avaliar na perspectiva inclusiva não é "facilitar" ou "diminuir o conteúdo", mas adaptar o caminho para que todos cheguem ao aprendizado, reconhecendo que diferentes trajetórias podem levar a resultados igualmente válidos.

12. ADAPTAÇÕES PROCEDIMENTAIS E AMBIENTAIS: POSSIBILIDADES

Como vimos, as adaptações curriculares são fundamentais para garantir a **qualidade da aprendizagem, a autonomia e a permanência dos estudantes** em igualdade de condições com os demais.

Partindo do princípio de que as adaptações devem **responder às especificidades de cada estudante**, apresentamos abaixo orientações gerais e sugestões organizadas por tipo de deficiência. É importante lembrar que **nenhuma adaptação é universal** — ela deve ser construída a partir das necessidades do estudante que está sendo atendido.

Alunos com Deficiência Visual (Cegueira ou Baixa Visão)

- Antecipar atividades adaptadas por meio de audiodescrição.
- Organizar o ambiente físico para facilitar a locomoção segura.
- Utilizar leitores de tela e softwares como o Balabolka para converter textos em áudio.
- Para baixa visão, observar espaçamento adequado, papel fosco, fonte ampliada e contraste de cores.
- Disponibilizar escriba e sala com menor ruído para realização de provas.

Alunos Surdos ou com Deficiência Auditiva

- Oferecer acessibilidade linguística, por meio da presença do tradutor Intérprete de Libras/ Língua Portuguesa.
- Posicionar o aluno de forma que ele tenha acesso visual às informações presentes na sala de aula.
- Fornecer materiais antecipadamente ao estudante e ao intérprete de Libras.
- Utilizar materiais em Libras ou com tradução para a Libras.
- Utilizar vídeos legendados, materiais visuais e textos escritos, respeitando o nível linguístico do estudante, tendo em vista que o português é a sua segunda língua.
- Utilizar imagens, mapas conceituais e recursos visuais na apresentação dos conteúdos.

Alunos com Deficiência Intelectual

- Estimular habilidades de comunicação, autocuidado e interação social.
- Criar ambientes emocionalmente acolhedores.
- Utilizar linguagem simples, objetiva, com espaçamento e destaque nos enunciados.
- Evitar excesso de estímulos visuais ou cognitivos.
- Permitir que o estudante experimente diferentes estratégias de aprendizagem.

Alunos com Transtorno do Espectro Autista (TEA)

- Respeitar rotinas estáveis e momentos de maior disposição para realizar atividades.
- Oferecer espaços para expressão de incômodos e estratégias de autorregulação.
- Envolver preferências e interesses do aluno nas atividades.
- Explicar com clareza os passos e objetivos das tarefas.
- Utilizar imagens, símbolos, enunciados curtos e organizados de forma tópica.
- Oferecer alternativas em atividades em grupo, como duplas ou grupos menores.

Outras possibilidades de ações:

- Estabelecer um banco de registros em áudio ou vídeo, organizado por disciplina, para consulta posterior.
- Sugerir ao estudante a reserva de, pelo menos, 5 horas semanais, no contraturno, para estudos.
- Adaptar a linguagem de enunciados e instruções das atividades, em diferentes formatos, identificando o que favorece a compreensão do acadêmico.
- Ajudar na organização de um calendário de estudos.
- Flexibilizar o tempo de execução de atividades e avaliações.
- Garantir a utilização das tecnologias assistivas adequadas a cada especificidade.

- Realizar provas em ambientes silenciosos e sem interferências externas.
- Adotar metodologias e avaliações diversificadas, com base na pluralidade de estratégias.
- Garantir acessibilidade física, comunicacional, tecnológica, organização de espaço e controle de estímulos, conforme a necessidade.

Fundamentação legal

- **Lei nº 9.394/1996 (LDB)** – art. 59: prevê métodos e técnicas adequados às necessidades de cada estudante.
- **Lei nº 13.146/2015** – arts. 27 a 30: garante acessibilidade física, comunicacional, metodológica e tecnológica.
- **Decreto nº 7.611/2011** – art. 3º: define a organização de recursos e serviços para eliminar barreiras.
- **Resolução CNE/CEB nº 4/2009** – orienta a flexibilização curricular e uso de recursos de acessibilidade.
- **NBR 9050/2020 (ABNT)** – estabelece parâmetros técnicos para acessibilidade arquitetônica.

Para refletir...

A adaptação curricular não deve ser entendida como uma forma de simplificação do conteúdo, mas sim como a criação de estratégias acessíveis que possibilitem a todos os estudantes alcançar a aprendizagem, respeitando seus diferentes ritmos e modos de expressão. Nesse processo, as adaptações são planejadas de acordo com as necessidades específicas de cada estudante, podendo não se aplicar, necessariamente, a outros que apresentem a mesma deficiência (Papim, 2020).

13. PROFEI / UNIMONTES: POTENCIALIZANDO PRÁTICAS INCLUSIVAS

Tendo em vista a atual necessidade de promover práticas inclusivas por meio da formação de professores que atuam diretamente no Atendimento Educacional Especializado (AEE), a Universidade Estadual de Montes Claros, juntamente com Departamento de Educação e o Núcleo de Sociedade Inclusiva (NUSI), credencia-se ao **Programa de Pós-Graduação em Educação Inclusiva - PROFEI**, passando ofertar o curso de Mestrado Profissional em Educação Inclusiva em Rede Nacional, sendo que a primeira turma teve início no primeiro semestre de 2025.

O Mestrado Profissional em Educação Inclusiva (PROFEI) é reconhecido pela Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) do Ministério da Educação, tendo como objetivo principal

> [...] construir uma cultura colaborativa que articule a equipe escolar e os professores de Educação Especial em uma perspectiva de Educação Inclusiva, possibilitando que os educadores aprimorem seus conhecimentos técnicos, pedagógicos e científicos para trabalhar com numa abordagem didática capaz de garantir a todos o acesso e a apropriação do conhecimento, sem os estudantes em geral, ou os considerados como público alvo da educação especial e isso nos levará a construção de uma escola de qualidade para todos (Unimontes, 2024, p. 314).

Nesse sentido, o mestrado profissional em questão visa oferecer formação continuada para professores, no sentido de aprimorar seu repertório de conhecimentos e saberes, promovendo o desenvolvimento em contextos educacionais e garantindo uma educação inclusiva, com o intuito de contribuir para a melhoria da qualidade da educação no País.

Conhecendo o Programa de Pós-Graduação em Educação Inclusiva – PROFEI

Público alvo:

Professores com diploma de graduação, atuando como regente de classe de Educação Básica em redes públicas municipal, estadual e federal de ensino.

Área de Concentração: Educação Inclusiva

Nessa seara são abordados os principais desafios da educação contemporânea, a ressignificação dos sentidos da educação e os fundamentos, pressupostos e práticas da Educação Especial e Inclusiva e do uso de Tecnologias Educação Inclusiva Digitais de Informação e Comunicação nesse processo, por meio da formação de professores.

Linhas de Pesquisa:

- Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva.
- Inovação Tecnológica e Tecnologia Assistiva.
- Práticas e Processos Formativos de Educadores para Educação Inclusiva.

O PROFEI é de caráter interinstitucional, em rede nacional, de modalidade híbrida, com oferta simultânea no âmbito nacional, gratuita,em associação com outras instituições públicas de EnsinoSuperior.

Ao ofertar o Mestrado Profissional em Educação Inclusiva (PROFEI), a Universidade Estadual de Montes Claros, além de potencializar a formação de professores no contexto nacional, reafirma a relevância de promover a formação superior vinculada às demandas da Educação Básica.

PROFEI

O Programa de Pós-Graduação em Educação Inclusiva - PROFEI torna-se relevante e necessário, uma vez que corrobora as políticas públicas de inclusão no contexto da Unimontes, bem como potencializa as ações do Núcleo de Sociedade Inclusiva (NUSI).

14. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A **Educação Inclusiva** não é apenas um imperativo legal, mas um **compromisso ético e social**. Ela reconhece que a diversidade é uma riqueza e que cada estudante traz contribuições únicas para a comunidade escolar. Nesse sentido, implementar práticas inclusivas exige:

- **Mudança de paradigma:** deixar de ver a deficiência como limitação e reconhecê-la como parte da diversidade humana;
- **Ação coletiva:** o sucesso depende da participação ativa de todos – professores, estudantes, famílias e gestores;
- **Formação continuada:** profissionais preparados são fundamentais para promover a acessibilidade e garantir a aprendizagem de todos;
- **Monitoramento e avaliação constante:** assegurar que as políticas e práticas estejam alcançando os objetivos propostos.

Enfim, o material apresentado reforça a necessidade de se refletir sobre práticas educacionais inclusivas, em especial, chama a atenção para a inclusão no contexto da Universidade, território que tem por missão promover a formação acadêmica e humana, além de propiciar relações permeadas pela empatia e respeito à diversidade.

ENFIM...

Este material reforça a ideia de que educar é incluir, e que cada passo dado em direção à equidade fortalece não apenas o indivíduo, mas toda a sociedade.

REFERÊNCIAS

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. **NBR 9050: Acessibilidade a edificações, mobiliário, espaços e equipamentos urbanos**. 2020.

BRASIL. Comitê Nacional de Educação em Direitos Humanos. **Plano Nacional de Educação em Direitos Humanos**. Brasília: Secretaria Especial dos Direitos Humanos, Ministério da Educação, 2006.

BRASIL. **Conselho Nacional de Educação. Câmara de Educação Básica. Resolução CNE/CEB nº 4, de 2 de outubro de 2009**. Institui diretrizes operacionais para o atendimento educacional especializado na educação básica, modalidade educação especial. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 5 out. 2009.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Brasília, DF: Senado Federal, 1988. Disponível em https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constituicao.htm. Acesso em 15 de junho de 2025.

BRASIL. **Decreto nº 5.626, de 22 de dezembro de 2005**. Regulamenta a Lei nº 10.436, de 24 de abril de 2002, que dispõe sobre a Língua Brasileira de Sinais - Libras, e o art. 18 da Lei nº 10.098, de 19 de dezembro de 2000. Disponível emhttps://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2005/decreto/d5626.htm. Acesso em 10 ago 2025.

BRASIL. **Decreto nº 6.571, de 17 de setembro de 2008.** Dispõe sobre o atendimento educacional especializado, regulamenta o parágrafo único do art. 60 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, e acrescenta dispositivo ao Decreto nº 6.253, de 13 de novembro de 2007. Disponível emhttps://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2008/decreto/d6571.htm. Acesso em 11 ago 2025.

BRASIL. **Decreto nº 6.949, de 25 de agosto de 2009**. Brasília: Diário Oficial da União. Disponível em https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2009/decreto/d6949.htm. Acesso em 08 ago 2025.

BRASIL. **Decreto nº 7.611, de 17 de novembro de 2011**. Dispõe sobre a educação especial, o atendimento educacional especializado e dá outras providências. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2011/decreto/d7611.

BRASIL. **Decreto nº 8.368, de 2 de dezembro de 2014**. Regulamenta a Lei nº 12.764, de 27 de dezembro de 2012, que institui a Política Nacional de Proteção dos Direitos da Pessoa com Transtorno do Espectro Autista. Disponível em https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2014/decreto/d8368.htm. Acesso em 11 ago 2025.

BRASIL. **Lei nº 10.436, de 24 de abril de 2002**. Dispõe sobre a Língua Brasileira de Sinais - Libras e dá outras providências. Disponível em https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2002/l10436.htm. Acesso em 08 ago 2025.

BRASIL. **Lei nº 12.764, de 27 de dezembro de 2012**. Institui a Política Nacional de Proteção dos Direitos da Pessoa com Transtorno do Espectro Autista; e altera o § 3º do art. 98 da Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990. Disponível emhttps://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2012/lei/l12764.htm. Acesso em 07 ago 2025.

BRASIL. **Lei nº 12.796, de 4 de abril de 2013**. Altera a LDB nº 9.394/96 para dispor sobre a formação dos profissionais da educação e garantir adaptações curriculares. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 2013.

BRASIL. **Lei nº 13.005, de 25 de junho de 2014**. Aprova o Plano Nacional de Educação - PNE e dá outras providências. Disponível em https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2014/lei/l13005.htm. Acesso em 07 ago 2025.

BRASIL. **Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015**. Institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência). Diário Oficial da União: seção 1, Brasília, DF, p. 2, 7 jul. 2015.

BRASIL. **Lei nº 13.234, de 29 de dezembro de 2015**. Altera a Lei n º 9.394, de 20 de dezembro de 1996 (Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional), para dispor sobre a identificação, o cadastramento e o atendimento, na educação básica e na educação superior, de alunos com altas habilidades ou superdotação. Disponível em https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2015/lei/l13234.htm. Acesso em 07 ago 2025.

BRASIL. **Lei nº 13.716, de 24 de setembro de 2018.** Altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996 (Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional), para assegurar atendimento educacional ao aluno da educação básica internado para tratamento de saúde em regime hospitalar ou domiciliar por tempo prolongado. Disponível emhttp://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2018/lei/l13716.htm. Acesso em 07 ago 2025.

BRASIL. **Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996.** Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Diário Oficial da União: seção 1, Brasília, DF, p. 27833, 23 dez. 1996. Disponível em https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9394.htm. Acesso em 27 de junho de 2025.

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Especial. **Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva**. Brasília: MEC/SEESP, 2008. Disponível em http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/politica.pdf. Acesso em 27 de junho de 2025.

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Especial. **Adaptações curriculares:** estratégias para a educação de alunos com necessidades educacionais especiais. Brasília: MEC/SEESP, 2000.

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Fundamental. **Projeto Escola Viva:** garantindo o acesso e permanência de todos os alunos na escola – alunos com necessidades educacionais especiais. Brasília: MEC/SEF, 2000.

CEPEX. Conselho de Ensino Pesquisa e Extensão da Unimontes. **Resolução nº, 120/2005**. Aprova Projeto de Criação do Núcleo de Sociedade Inclusiva. Disponível em http://www.Unimontes.br. Acesso em 22.03.17.

CEPEX. Conselho de Ensino Pesquisa e Extensão da Unimontes. **Resolução nº 080/2018.** Estabelece Critérios para a Contratação de Professor Auxiliar de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva no Âmbito da Unimontes. Disponível em https://unimontes.br/wp-content/uploads/2019/05/resolucoes/cepex/2018/resolucao_cepex080.pdf.. Acesso em 10 ago 2025.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa**. São Paulo: Paz e Terra, 1996.

GLAT, R.; VIANNA, M. M.; REDIG, A. G. Plano educacional individualizado: uma estratégia a ser construída no processo de formação docente. **Ciências Humanas e Sociais em Revista**, v. 34, n. 12, p. 79-100, 2012.

MARIN, Márcia; BRAUN, Patrícia. Ensino Colaborativo como prática de inclusão escolar. 49 – 64p. In: GLAT, Rosana; PLETSCH, Márcia Denise. **Estratégias educacionais diferenciadas para alunos com necessidades especiais.** Rio de Janeiro: EdUERJ, 2013. 200p.

MINAS GERAIS. **Lei nº 15.150, de 01/06/2004.** Determina o reconhecimento das aulas ministradas em curso pré- vestibular popular, comunitário ou similar como atividade de estágio, nos termos que menciona, e dá outras providências. Disponível https://www.almg.gov.br/legislacao-mineira/LEI/15150/2004/. Acesso em 05 ago 2025.

MINAS GERAIS. Secretaria de Estado de Educação. **Guia de orientação da educação especial na rede estadual de ensino de Minas Gerais.** Belo Horizonte: SEE/MG, 2014.

MINAS GERAIS. Secretaria de Educação. **Cartilha para pais, estudantes e profissionais da educação: A EDUCAÇÃO ESPECIAL NA PERSPECTIVA INCLUSIVA**. 2016. Disponível em https://acervodenoticias.educacao.mg.gov.br/images/documentos/A_Educacao_Especial_Perspectiva%20Inclusiva_18cmx25cm.pdf. Acesso em 24 Set 2025.

MINAS GERAIS. **Lei nº 22.571, de 5 de julho de 2017**. Dispõe sobre a reserva de vagas para pessoas com deficiência na Universidade Estadual de Montes Claros (Unimontes). Diário Oficial [do] Estado de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2017.

MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL (MPF). E**ducação em Direitos Humanos:** Um Guia para a Prática. Brasília: MPF, 2004.

ONU. **Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência**. Doc. A/61/611, Nova Iorque, 13 dez. 2006.

ONU. **Declaração de Manágua**. 1993. Disponível em http://abres.org.br/wp-content/uploads/2019/11/declaracao_de_managua_de_3_12_1993_.pdf . Acesso em 9 de ago 2025.

ONU. **Declaração Universal dos Direitos Humanos**. 1948. Disponível em https://www.unicef.org/brazil/declaracao-universal-dos-direitos-humanos. Acesso em 10 de ago 2025.

ORGANIZAÇÃO DOS ESTADOS AMERICANOS. **Convenção Interamericana para a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação contra as Pessoas Portadoras de Deficiência**. Guatemala, 7 jun. 1999.

PAPIM, M. C. C. **O transtorno do espectro autista na educação básica e no ensino superior:** práticas pedagógicas inclusivas. Campinas: Mercado de Letras, 2020.

REIS, S. A. dos. **Inclusão:** o desafio das diferenças na escola. São Paulo: Summus, 2006.

ROPOLI, Edilene Aparecida et. al. **A Educação Especial na Perspectiva da Inclusão Escolar:** a escola comum inclusiva. Brasília: Ministério da Educação. 2010.

SILVA, A. C. da; PAVÃO, S. M. S. **Currículo e inclusão:** tensões e desafios no ensino superior. Revista Educação Especial, Santa Maria, v. 31, e19, 2018.

SILVA, Luiz Carlos Loreto da. **Capacitismo**: o que é isso? Kindle, 2021.

UNESCO. **Declaração de Salamanca sobre princípios, política e práticas na área das necessidades educativas especiais, 1994**. Disponível emhttps://unesdoc.unesco.org/ark:/48223/pf0000139394. Acesso em 18 de maio de 2024.

UNESCO. **Declaração mundial sobre educação para todos e plano de ação para satisfazer as necessidades básicas de aprendizagem.** Jomtien, Tailândia: UNESCO, 1990.

UNIMONTES. **Plano de Desenvolvimento Institucional**: PDI 2017/2021. Disponível emhttps://unimontes.br/wp-content/uploads/2019/07/PDI-2017-2021.pdf. Acesso em 09 ago 2025.

UNIMONTES. **Plano de Desenvolvimento Institucional**: PDI 2022/2026. Disponível emhttps://unimontes.br/regimento-geral-e-pdi/. Acesso em 29 ago 2025.

UNIMONTES. **Portfólio Cursos de Graduação Unimontes**. Universidade Estadual de Montes Claros - Unimontes Pró-Reitoria de Ensino. Montes Claros, 2024.

Bruno Luttiamuy
DIAGRAMAÇÃO GRAFICA
(38) 9 9114 1289 - brunoluttiy@gmail.com

Unimontes
Universidade Estadual de Montes Claros

Pró Reitoria de Ensino
PREN
Universidade Estadual de Montes Claros - UNIMONTES

Departamento de Educação

NUSI - Núcleo de Sociedade Inclusiva